



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CES/RS - 2025

Ao trigésimo primeiro dia de julho, às quatorze horas, o Pleno do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, esteve reunido presencialmente no auditório do CES, 4º andar do Prédio Negrinho do Pastoreio, na Av. Borges de Medeiros, 521, para a realização da 2º Plenária Extraordinária. A transmissão encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=Nhe_lwcA10w&t=110s. Estiveram presentes nesta plenária os(as) seguintes **conselheiros(as) titulares do segmento usuário**: Rosa Beltrame (ACURACAN), Karina Zuge (AGADIM), Jaime Ziegler (CTB), Alfredo Gonçalves (FTMRS), Itamar dos Santos (FETAPERGS), Francisca Jesus (FGSM), Alair Simão (MNU), Rosângela Dornelles (ASS. VIDA E JUSTIÇA), Giulia da Costa (Levante Pop, Juv), Gabriela da Cunha (MMM), Elias Valer (CONIC), Júlio Jesien (CUT), Natália Fetter (UBM), **Segmento trabalhador(a)**: Inara Ruas (SERGS), Célia Chaves (SINFAR), Alcides de Miranda (CEBES), Dan Pinheiro (CRP) e Mônica Thomé (CREFITO); **Segmento gestor/prestador(a) de serviços**: Maria Celeste de Souza (Ministério da Saúde), Terezinha Valduga (GOV/RS), Lisiane Rodrigues (SES), Carolina Gyenes (GOV/RS), André Lagemann (Fed. Sta. Casas) e os **suplentes do segmento usuário(a)**: Lucas Gertz (Levante Pop, Juv), Ângelo da Silva (MST), Marlene Hammes (FEGEST), Jaciara Muller (FTMRS), Fernanda Vicari (AGADIM), Luiz Carlos de Azevedo (ASS. VIDA E JUSTIÇA), Carlos Duarte (FÓRUN ONG AIDS). **Suplentes do segmento trabalhadores(as)**: Sharon Laborido (CRESS), Raquel Gil (CUT). **Suplentes do segmento gestores(as)**: Lizandra Flores (Min da Saúde), Shirlei Gazave (FEHOSUL). Discutiu-se os seguintes temas em pauta: 1 – Apresentação do “Programa Agora tem Especialista” 2 - “O Novo Financiamento da Atenção Primária em Saúde”, pela SAPS/MS 3 – Apresentação do “Projeto de Monitoramento e Análise de Informações Estratégicas para o SUS – ObservaSUS”. Início da plenária extraordinária com a fala do Sr. Gilberto Barrichelo Diretor do Grupo GHC, explicando que o Programa “Agora tem Especialista” instituída pela Medida provisória nº 1301/2025, com o propósito de diminuir o tempo de espera e, que está composto por componentes estabelecidos pelas Portarias GM n.º 7.266/2025 e 7.307/2025, que incluem prestação de serviços por hospitais privados, filantrópicos que terão compensação por atendimento ao SUS, estabelecido pelas Portarias nº

MF/MS 10/2025, PGFN/RFB nº 11 e GM/MS nº 7307/2025. Comenta que a adesão dos hospitais privados, é feita através de negociações com o Ministério da Fazenda, por etapas, como: Manifestação de interesse, análise técnica e adesão ao componente. Fala sobre a compensação de créditos financeiros que é feita por critérios estabelecidos, por adesão. Explica como funcionam esses créditos financeiros e com é feito o monitoramento e controle. Menciona que, pacientes do SUS poderão ser atendidos por planos de saúde, quando os estabelecimentos assistências de saúde tiverem dívida com o SUS, esta poderá ser convertida em atendimentos que atendam demandas dos Estados e Municípios, através de Edital ANS/MS, após a publicação da Portaria AGU/MS. Explica que, este Programa será composto, também, por carretas de saúde, com acessibilidade, que terão o objetivo de fazer atendimentos de baixa complexidade, fora do ambiente hospitalar. Questionamentos: Conselheira Alair Simão, Conselheiro Alcides Miranda (Diminuição da atenção privada), Conselheira Rosa Beltrame (Idosos e terceirização), Conselheiro Carlos Duarte (Dificuldade de acesso), Conselheiro Itamar (Carga horária), Conselheira Rosângela (Capacidade da atenção básica no município). Respostas: Médicos “não querem” ir para o interior; Hospitais privados podem ser utilizados para consultas especializadas, por adesão; Bipartite e CIB, passam pela decisão do SUS; foram disponibilizadas 3000 bolsas novas para especialistas fazerem pós-graduação. O *Senhor Dirceu Kitzke* abre a apresentação da segunda pauta, com a priorização da estratégia, que se caracteriza pelo cumprimento de regras estabelecidas, para obtenção do recurso, agregando doze modalidades, entre elas estão: Saúde da Família; Brasil sorridente, Mais Médicos, PAC na Saúde, constituindo 254.000 equipes, onde 100.482, são cofinanciadas pelas SAPS, distribuídas em 44.938 UBS's. Nos PAC's 1 e 2 há um recurso de 8 milhões, para implementação de oitocentas novas UBS's, com recurso de 180 mil a serem licitados para compra de equipamentos, e Kit Licitação. Em seguida fala sobre o orçamento SAPS durante o período de 2022 a 2024 e, na evolução das transferências de custeio. Fala da expansão e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, no período de trinta anos, na evolução do número de equipes cofinanciadas pelo MS e, do número destas equipes de atenção primária, de saúde bucal e, de multiprofissionais entre o período de 2022 a 2025. Menciona o Programa Mais Médicos que disponibiliza, para o Estado do RS, 1.723 vagas. Foi falado, também, sobre a PNAB e a PNAES (Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde), com o fortalecimento e atuação integrada à Atenção Primária, Custeio e Investimento, da Portaria GM/MS nº 3493/024, que estabelece o modelo de financiamento da atenção primária em saúde e, repasses para equipes de Saúde da Família. A estratificação aos municípios, especialmente, por porte populacional e os componentes de: Manutenção e implantação de novas equipes para eSF, de vínculo e acompanhamento territorial, de qualidade e indução de boas práticas. Fortalecimento do programa Brasil Sorridente, e-SUS, PAC Saúde. Questionamentos: Conselheiro Jaime Ziegler (Funções específicas de agentes de saúde), Itamar (Informações que não chegam ao controle social, Previne, carreira SUS e, financiamento de insumos), Diretora Liziane Alves (Recursos serão provisórios, ou terão seguimento?), Conselheira Célia Chaves (Política permanente para trabalhadores não

fixados), Conselheira Francisca de Jesus (Critérios para estabelecer repasses de recursos), Carlos Duarte (Privatização da atenção básica) Respostas: Agentes comunitários tem que comprovar o exercício da profissão. Os recursos são lincados aos programas e conta com a implantação de 17 mil equipes no território. Recurso não é provisório. Os critérios estabelecidos partem da adesão do município. O *Conselheiro Alcides Miranda* inicia com a amostra da nova tipologia estabelecida pelo IBGE, caracterizada por tipos: Rural Remoto, Rural Adjacente, Intermediário Remoto, Intermediário Adjacente e Urbano. Fala sobre a nova tipologia do MS, caracterizada pelo Índice de Equidade e Desenvolvimento – IED, conforme a situação de cada município. Relata que seu trabalho se refere ao período de quatro anos (2020/2023), com setenta e cinco indicadores, de forma quadrienal, ou seja, análises de municípios que tem a quarta pior parte, na comparação com outros que tem o mesmo número de população, distribuídos por: Epidemiológicos, recursos físicos, recursos financeiros, trabalho profissional, produção de serviços e qualidade de registros. Em sua apresentação, mostra, o município de Charrua, como tendo a pior referência, seguido de Vicente Dutra, Redentora, São Valério do Sul, Lageado do Bugre, Engenho Velho e Pedras Altas. Menciona que os Planos Municipais devem ser reescritos e apresenta a estratificação dos municípios, por porte populacional. Na sequência mostra a tabela dos indicadores epidemiológicos selecionados em municípios gaúchos e, o município de Porto Alegre, comparado a outras vinte e sete capitais. Na área metropolitana, Alvorada e Viamão, segundo seus dados, são os que apresentam os piores resultados e, por último cita o critério de ponderação, que resulta nos piores resultados, no Estado, distribuídos por densidade populacional. Questionamentos: Conselheiro(a)s Itamar, Carlos Duarte, Lisiane Alves, Júlio Jesein, Alair Simão, Jaime Ziegler. Convidado: Dirceu Kilzte (MS/SAPS). Resposta: Dados baseados no levantamento que está disponível no VIGISUS. **Encaminhamentos:** Compartilhar com os conselheiros e conselheiras a apresentação dos três convidados a nível Estadual e Municipal. Reforçar a participação e debate dentro das comissões sobre o programa “Agora tem especialista”, bem como retomar a discussão sobre a carreira SUS a nível Estadual. Nada mais havendo a tratar, eu, Luana, Residente, acompanhado do Servidor Elizeu Carneiro lavramos a presente ata, que após leitura e aprovação, será assinada pela presidente do Conselho Estadual de Saúde. Porto Alegre, 04 de agosto de 2025.



Inara Beatriz do Amaral Ruas

Presidente do CES/RS